O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS E CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LAUDENIZ PINTO RIBEIRO

RESUMO

O desenvolvimento humano, que é a base do capital social e do desenvolvimento econômico dos países, baseia-se em um processo de amadurecimento do desenvolvimento, ao qual diferentes habilidades são desenvolvidas em diferentes momentos, seguindo uma sequência progressiva que se baseia em habilidades adquiridas desde o início da vida, se as condições necessárias existirem. Essas habilidades incluem os sentidos, habilidades motoras, cognitivas, linguísticas, socioemocionais e de autorregulação do comportamento e das emoções. É por isso que investir na melhoria do desenvolvimento infantil é fundamental para que os países cumpram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O bom desenvolvimento de bebês e crianças é necessário para que os países cresçam economicamente de maneira equitativa e sustentável. Os investimentos na primeira infância compensam muito, razão pela qual são considerados altamente econômicos. Infelizmente, alarmantes 43% das crianças menores de 5 anos correm o risco de ter um desenvolvimento infantil deficiente devido à situação de pobreza e desnutrição crônica em que vivem. Esse número aumenta quando outros fatores de risco para o mau desenvolvimento da primeira infância também são levados em consideração, como baixa escolaridade materna e abuso infantil. Portanto, esse artigo tem como objetivo mostrar a importância do desenvolvimento de bebês e crianças na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Educação Infantil; Habilidades.

INTRODUÇÃO

A intervenção precoce na Educação Infantil pode reduzir a lacuna de desenvolvimento entre crianças pobres e ricas, garantindo que as crianças pobres entrem na escola primária com a mesma prontidão para aprender com as outras crianças.

O rápido desenvolvimento do cérebro durante os anos pré-escolares é crucial e depende do ambiente em que a criança se desenvolve. Nutrição, cuidados e amamentação afetam diretamente as conexões que se originam no cérebro durante esse período. Quando o recém-nascido recebe os devidos cuidados, ele estará mais bem preparado para entrar na escola e a tempo de aprender.

A ciência também está aumentando as evidências dos efeitos do desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos na saúde física e mental (habilidades) e no comportamento ao longo da vida.

Apenas 15 anos atrás, os cientistas da neurociência presumiram que, já no momento do nascimento da criança, a estrutura do cérebro era geneticamente determinada. Eles não reconheceram que as experiências nos primeiros anos de vida tiveram um impacto tão decisivo na arquitetura do cérebro ou na natureza e extensão das capacidades adultas. Atualmente, os pesquisadores do cérebro estão fornecendo evidências de que os primeiros anos de vida, desde a concepção até os seis anos de idade, especialmente os primeiros três anos, dão o tom para o desenvolvimento de habilidades e aptidões para a vida.

Além das descobertas da neurociência, os pesquisadores de ciências sociais geraram informações valiosas sobre os efeitos das intervenções precoces no comportamento posterior na escola, nas habilidades para a vida e na produtividade. A eficácia das intervenções precoces foi demonstrada e replicada em várias comunidades ao redor do mundo. Crianças de famílias com menos educação formal obtêm maiores benefícios cognitivos das intervenções precoces. Além disso, o efeito das intervenções precoces é duradouro. O desenvolvimento do cérebro durante a infância segue uma tendência crescente "de baixo para cima". As regiões mais reguladoras do cérebro, aquelas na base, desenvolvem-se primeiro, e as adjacentes e superiores mais complexas seguem em sequência.

Esse desenvolvimento sequencial do cérebro e o desenvolvimento de seu funcionamento são guiados pela experiência. O

cérebro se desenvolve e se modifica em resposta à experiência. Neurônios e conexões neurais (sinapses) mudam dependendo da atividade. Para se desenvolver normalmente, cada região requer tipos específicos de experiências, focadas na função específica da região (por exemplo, material visual, para organizar o sistema visual). Esses períodos de desenvolvimento são chamados de críticos ou sensíveis.

À medida que as crianças entram na escola, o desenvolvimento inicial determinará se elas terão sucesso na escola e mais tarde na vida. O efeito da aprendizagem na escola depende fundamentalmente da competência social e emocional desenvolvida nos primeiros anos.

A criança social e emocionalmente saudável e pronta para a escola é autoconfiante e amigável, tem bom relacionamento com os outros, persiste diante de tarefas desafiadoras, tem bom desenvolvimento da linguagem e pode se comunicar bem, ouve instruções e é atenciosa.

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

De acordo com Arango, Rivera e Olabarrieta-Landa (2017): o desenvolvimento infantil é um processo evolutivo e rápido que estimula o crescimento e a maturidade do cérebro desde a concepção, onde as crianças aprendem por meio da exploração sensorial e da brincadeira, facilitando a consolidação de habilidades cognitivas e sociais. É um processo dinâmico crucial de baixo para cima nos primeiros anos de vida para as conexões neurais, onde as primeiras experiências podem ter um impacto favorável permanente.

A neurociência contribui para a compreensão do Desenvolvimento Infantil (DI) ao vincular mudanças cerebrais e comportamentais a fatores genéticos e ambientais. Por outro lado, Martins e Ramallo (2015a); e Santi-León (2019a): enfatizam a singularidade do desenvolvimento infantil, a interação com o ambiente e como isso afeta a aprendizagem e a formação da personalidade. Eles destacam a variabilidade do desenvolvimento individual, impulsionada pelas interações sociais, e a importância de um ambiente educacional precoce seguro e estimulante, integrando aspectos biológicos, psicológicos e sociais no crescimento infantil.

O desenvolvimento infantil, um processo que inclui mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, evoluiu de uma visão biológica e psicológica para uma compreensão mais ampla que o vincula ao seu contexto social. Essa nova perspectiva reconhece que o ambiente social influencia significativamente o desenvolvimento e ganhou relevância nas pesquisas da América Latina, ampliando o foco para a construção social do desenvolvimento infantil.

Para Amar (2015): o desenvolvimento humano é composto por três elementos básicos: especiação, individuação e socialização. A especiação refere-se à resolução de necessidades biológicas ligadas ao mundo físico de acordo com um código genético pré-estabelecido. A individuação implica o caráter irrepetível do desenvolvimento de cada pessoa e de seus eventos particulares. A socialização é o terceiro elemento que compõe o desenvolvimento humano.

A socialização é essencial para o desenvolvimento infantil, influenciada pela cultura, políticas públicas e instituições sociais, com variações na valorização da independência e na abordagem da educação infantil. Fornecer o ambiente certo e entender a diversidade do desenvolvimento são fundamentais para um crescimento saudável e completo. A família, a comunidade e o ambiente social desempenham um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças por meio da interação com seu ambiente.

Pikler (1969), citado por Gutiérrez-Ruiz, Martino-Ortiz, Barreto-Salinas e Pacherrez-Valladares (2021), destaca a relevância da interação criança-ambiente e da individualidade infantil. Enfatiza-se a criação de ambientes estimulantes que permitam às crianças explorar e desenvolver suas capacidades de forma autônoma, sublinhando a importância da observação e adaptação às necessidades individuais para um desenvolvimento integral e respeitoso.

Estabelecer uma definição precisa de desenvolvimento infantil representa um desafio intrincado devido às diversas perspectivas teóricas envolvidas. A partir da abordagem biológico-pediátrica, destaca-se o aumento progressivo de capacidades mais complexas, enquanto a neuropediatria se concentra na evolução do sistema nervoso. A psico-

logia considera os aspectos cognitivos e as interações com o ambiente, e a psicanálise as relações e a construção do psiquismo. Por outro lado, a abordagem ecológica destaca a interação de ambientes e ambientes como a comunidade e a família, influenciando o crescimento e o amadurecimento infantil.

O desenvolvimento infantil, que inclui mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, tem sido tradicionalmente visto de ângulos biológicos e psicológicos, concentrando-se em aspectos do eu interior da criança. No entanto, abordagens recentes ampliam essa visão, destacando a importância do contexto social no desenvolvimento infantil. Essa perspectiva tem ganhado relevância em pesquisas e estudos acadêmicos na América Latina, destacando o papel da construção social no crescimento das crianças.

As diferenças nas habilidades, interesses e estilos de aprendizagem das crianças contribuem para a riqueza da diversidade do desenvolvimento. Embora essa diversidade possa ser vista como um ponto forte, às vezes encontra resistência em sistemas educacionais que buscam uniformidade e padronização. As lacunas na equidade persistem, pois, algumas crianças podem receber mais apoio e oportunidades do que outras, destacando a necessidade de abordagens mais inclusivas. Pode-se mencionar que, embora a diversidade seja vista como uma fonte de enriquecimento, persistem desafios na equidade e na adaptação dos sistemas educacionais às diferenças individuais e culturais.

O desenvolvimento infantil é influenciado por fatores internos e externos, sendo o status socioeconômico um fator externo chave que afeta a saúde e as oportunidades futuras. Essa articulação entre desenvolvimento infantil e nível socioeconômico, enraizada em aspectos histórico-culturais, demanda uma abordagem holística para sua plena compreensão, destacando a importância de considerar a historicidade na análise do desenvolvimento.

O CUIDAR E A EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS

No período que marcou a transição entre o século XIX e o século XX, surgiram iniciativas pioneiras no Brasil para estabelecer locais de assistência como creches, asilos e orfanatos. Essas ações tinham um forte viés de solidariedade e ajuda, com o propósito de amparar mulheres que estavam empregadas fora de suas residências e viúvas desprotegidas. Conforme mencionado por Kuhlmann Jr. (1998, p.75): "a criação dessas creches poderia contribuir para conciliar o dilema entre o ideal de maternidade e as condições de vida enfrentadas pelas mulheres carentes e trabalhadoras".

Outro elemento que impulsionou a criação das creches foi a preocupação com a elevada taxa de mortalidade infantil e a desnutrição que afligiam a sociedade da época. Isso levou alguns setores a considerar a necessidade de estabelecer locais de cuidado para as crianças fora do ambiente familiar. Nesse contexto, diversas correntes de pensamento influenciaram a implementação das creches no Brasil. Três das principais foram: a abordagem jurídico-policial, que se preocupava com a infância em situação de abandono moral, a corrente médico-higienista e a religiosa, ambas engajadas no combate à mortalidade infantil tanto nas famílias quanto nas creches. Cada uma dessas instituições apresentava suas justificativas para a criação de creches, asilos e jardins de infância, incentivando a formação de associações de caráter assistencial privado.

Com o decorrer dos anos, especialmente no início dos anos 30, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização no país e a entrada da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, os movimentos operários ganharam força. Eles se mobilizavam nas grandes cidades, protestando contra as condições precárias de vida e trabalho. Diante disso, os empresários, como forma de enfraquecer esses movimentos, passaram a disponibilizar creches e escolas maternais para os filhos dos operários.

De acordo com Kuhlmann Jr. (1998, p. 108):

A proposta de instalar creches nas indústrias era frequentemente discutida em congressos que abordavam a infância, sendo vista como uma medida necessária para regular as relações de trabalho, especialmente no que diz respeito ao trabalho feminino. As creches, então, foram estabelecidas por médicos, em colaboração com mulheres de clas-

se alta, em prol do movimento higienista e da assistência às trabalhadoras domésticas. Grupos de mulheres de classes mais privilegiadas, reunidas em associações religiosas ou filantrópicas, fundaram diversas creches, orientando as mulheres das camadas mais populares sobre os cuidados adequados a serem dados a seus filhos, enfatizando a convicção de que o cuidado materno era essencial para o bem-estar da criança.

As mães burguesas, assim como as esposas e familiares dos promotores das organizações de assistência, eram vistas como parceiras dos médicos na disseminação de novos comportamentos necessários para o papel materno, agindo como modelos para as mães que trabalhavam. Dessa forma, essas mulheres de classes mais abastadas se empenhavam em se tornar exemplos para as mães trabalhadoras, especialmente no que diz respeito aos primeiros cuidados com as crianças.

No começo da década de 40, um marco importante na educação infantil surgiu com a fundação do Departamento Nacional da Criança no Brasil, ligado ao Ministério da Saúde, responsável por coordenar as atividades nacionais relacionadas à proteção da infância, maternidade e adolescência. Além disso, o departamento tinha como incumbências a realização de pesquisas, estudos e divulgações para promover incentivos, orientação e apoio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada, supervisionando as instituições em todo o país (KRAMER, 1992).

Nesse período, a criança passou a ser vista como um adulto em potencial, uma base para a sociedade, sem uma vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram diversos órgãos de apoio assistencial e jurídico à infância, como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972; o Serviço de Assistência a Menores em 1941 e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); a Legião Brasileira de Assistência em 1942 e o Projeto Casulo; o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em 1946; o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953; a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) em 1972; a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP) em 1969 e a Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE) em 1975 (KRAMER, 1992).

O estado de bem-estar social não foi igualmente benéfico para toda a população, resultando em desenvolvimento e qualidade para apenas alguns. Embora a teoria tenha sido amplamente discutida, sua aplicação prática foi limitada. Nesse contexto, as políticas sociais refletiram as desigualdades existentes na sociedade, com um governo altamente centralizado politicamente e financeiramente, uma fragmentação institucional acentuada, exclusão da participação social e política nas decisões, privatizações e uso do clientelismo.

Na década de 50, a ênfase foi colocada em medidas morais, visando "domesticar" as classes populares, afastando-as da desordem, do instinto e da tradição, e introduzindo os valores das classes médias. Entre os anos 60 e meados dos anos 70, houve um período de inovação nas políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc., com uma abordagem assistencialista. As ações assistencialistas nas creches eram baseadas na teoria da privação cultural. De acordo com Kramer (1992, p. 89):

Essa teoria sugeria que as crianças "culturalmente privadas" precisavam de certos atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser incutidos nelas. Para suprir as deficiências de saúde, nutrição e escolaridade, bem como as deficiências do meio socioeconômico em que viviam, foram propostos diversos programas de compensação.

Essa abordagem considerava que cuidar da criança fora de casa poderia ajudar a superar as condições sociais precárias a que ela estava exposta, promovendo uma educação compensatória para atender às necessidades dessas crianças. A pré-escola foi vista como um motor de mudança social, possibilitando a democratização das oportunidades educacionais.

Por fim, a educação foi vista como uma forma de promover melhorias sociais, muitas vezes como uma maneira de desviar a atenção dos problemas reais da sociedade e evitar discussões sobre questões políticas e

econômicas mais complexas. A proposta de elaborar programas de educação pré-escolar para transformar a sociedade no futuro foi uma maneira de culpar o passado pela situação atual e concentrar as esperanças de mudança no futuro, evitando ações significativas no presente para atender às necessidades sociais imediatas.

No final dos anos 70, diversos segmentos da sociedade, incluindo organizações não governamentais, movimentos sociais, intelectuais, educadores e a população em geral, uniram esforços para conscientizar a sociedade sobre o direito fundamental da criança a uma educação de qualidade. Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 198), as creches passaram a ser vistas como uma conquista. Por esse motivo, era essencial que elas se distinguissem de toda a tradição anterior, representada pelas creches ligadas a entidades de assistência.

Essa mudança de perspectiva resultou na preocupação em oferecer atendimento a todas as crianças, independentemente de sua classe social, o que desencadeou um processo de regulamentação desse trabalho dentro do âmbito legislativo nas décadas de 80 e 90, visando a um novo enfoque para a educação infantil. Abaixo, é abordado o reconhecimento da educação infantil na legislação brasileira, incluindo a Constituição de 1988, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI).

Dessa forma, ao analisar brevemente a história, torna-se evidente que as concepções de educação infantil no contexto do surgimento das creches no Brasil estavam fundamentadas em duas abordagens distintas: uma assistencialista e compensatória nas instituições públicas ou filantrópicas para as crianças provenientes de camadas menos favorecidas, e outra de caráter pedagógico e preparatório para a educação regular nas instituições privadas, voltadas para as crianças de classes mais privilegiadas.

A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças nos primeiros anos de vida, estabelecendo bases sólidas para seu aprendizado futuro.

Ler não só permite explorar novos universos, mas também é uma interação entre autor, texto e leitor. Por isso, é essencial que a introdução da leitura para uma criança seja agradável e única, para que ela associe a leitura a uma experiência prazerosa, tornando-a um hábito enriquecedor, não apenas uma obrigação.

Conforme Lourenço Filho (1969, p, 57):

A leitura proporciona uma viagem ao reino da fantasia, apresentando um universo desconhecido. A prática da leitura não apenas enriquece a imaginação da criança ao explorar narrativas, mas também amplia seu vocabulário e aprimora sua escrita.

Segundo Ortiz, Sanches e Fontes (2018, p. 39):

O contato inicial da criança com textos ocorre de forma oral, com contos contados por pais, avós ou outras pessoas. À medida que a criança cresce, ela seleciona as histórias que deseja ouvir, tornando-se capaz de se envolver em narrativas mais complexas.

Ao ser incentivada a se dedicar à leitura, a criança amplia suas habilidades e busca constantemente por mais conhecimento. O professor desempenha um papel fundamental ao transformar a leitura em um momento prazeroso, oferecendo obras que despertem o interesse dos alunos e estejam alinhadas com suas preferências, possibilitando uma jornada de descobertas e aprendizados.

O livro não apenas estimula a criatividade, empatia, interações sociais e pensamento crítico, mas também auxilia no aprendizado da língua portuguesa, desenvolvendo habilidades essenciais como leitura, escrita e interpretação. A leitura é essencial para a compreensão do mundo e a formação de indivíduos críticos e reflexivos.

Durante os primeiros estágios do Ensino Fundamental I, os educadores focam na instrução inicial da escrita, garantindo a aquisição do sistema alfabético e o desenvolvimento

da oralidade, percepção e compreensão por meio de práticas de letramento variadas.
O professor, como mediador, desempenha um papel crucial na orientação da leitura, influenciando a formação de leitores críticos e ativos. Ele deve empregar uma variedade de recursos e estratégias em sua prática pedagógica para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.
As diferentes formas de leitura - mecânica, de mundo e reflexiva - desempenham papéis distintos no desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação, culminando na formação de leitores críticos e reflexivos. Os professores, ao serem leitores ativos, são essenciais para orientar os alunos nesse processo de formação literária.
Durante a Educação Infantil, a prática da leitura desempenha um papel fundamental, pois é nesse período que as crianças revelam seus interesses e compartilham o que absorveram da cultura escrita. Ao propor atividades com literatura infantil, estabelecendo conexões entre os textos e as crianças desde cedo, promove-se o gosto pela leitura, estimulando a imaginação e ampliando o conhecimento do mundo.
Segundo Soares (2003, p. 43), as crianças já estão em processo de alfabetização quando têm acesso a livros, revistas ou escutam histórias contadas por pessoas alfabetizadas, despertando seu interesse pela leitura antes mesmo de ingressarem na escola.
Nos primeiros anos do Ensino Fundamental I, ocorre a instrução inicial das crianças, embora muitas já cheguem sabendo ler e escrever. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1991), a criança é considerada alfabetizada ao dominar a estrutura alfabética da escrita e compreender textos com sentido, mesmo com possíveis erros ortográficos. A alfabetização é influenciada pelo ambiente cultural e social da criança, desempenhando um papel crucial na aquisição da leitura e escrita.
Antes desse estágio, é importante considerar a interação com outros sistemas, como descrito por Ferreiro (1996), onde os primeiros estágios de aprendizagem são influenciados pelo estímulo proporcionado à criança, permitindo a construção de sua compreensão do mundo a partir de sua realidade.
Segundo Freire (1983, p. 49), alfabetizar é construir conhecimento. Esse processo envolve a aquisição da língua escrita por meio da construção do conhecimento, com compreensão da realidade. A criança é o foco desse processo educativo, em uma relação dinâmica e prazerosa, visando a descoberta do mundo sem separar aspectos cognitivos e afetivos.
Soares (2014) descreve os quatro estágios pelos quais a criança passa antes de ser alfabetizada: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Ao completar esses estágios, a aprendizagem se torna mais fluída. Durante o Ensino Fundamental I, as crianças têm contato frequente com livros infantojuvenis, contribuindo para a formação de leitores.
Milioli e Boone (2017) destacam o compromisso da escola em promover a alfabetização e melhorar as habilidades de leitura, essenciais para a formação do leitor. A prática da leitura, quando a criança já possui habilidades, torna-se significativa, moldando sua visão da escola e da aprendizagem. É fundamental que os esforços para a leitura sejam acompanhados por textos estimulantes.
Durante todo o processo de alfabetização e formação do leitor, a escola desempenha um papel crucial, fornecendo o suporte necessário, com destaque para a biblioteca. Além disso, a participação ativa dos pais é essencial na formação da criança, incentivando e participando ativamente em casa, já que os adultos exercem grande influência sobre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de bebês e crianças na Educação Infantil é um processo fundamental e delicado, que requer atenção especial e cuidados específicos. Durante os primeiros anos de vida, as crianças passam por uma fase crucial de crescimento e aprendizado, na qual são estabelecidas as bases para seu desenvolvimento futuro.
Na Educação Infantil, os bebês e as crianças pequenas são estimuladas em diversos aspectos do seu desenvolvimento, incluindo o cognitivo, emocional, social e motor. A interação com o ambiente, com os educadores e com os colegas desempenha um papel essencial nesse processo, permitindo que eles explorem, descubram e aprendam de forma ativa e significativa.

É na Educação Infantil que as crianças começam a desenvolver habilidades importantes, como a linguagem, a coordenação motora, a socialização e a autonomia. Através de atividades lúdicas, brincadeiras, músicas, contação de histórias e jogos, elas têm a oportunidade de expressar suas emoções, ideias e curiosidades, ao mesmo tempo em que adquirem conhecimentos e competências essenciais para seu desenvolvimento integral.
Os profissionais da Educação Infantil desempenham um papel fundamental nesse processo, atuando como mediadores do aprendizado, planejando atividades adequadas ao nível de desenvolvimento de cada criança e criando um ambiente acolhedor e estimulante. Eles observam e acompanham de perto o progresso de cada criança, respeitando suas individualidades e promovendo um ambiente inclusivo e seguro para que possam se desenvolver plenamente.
Além disso, a parceria com as famílias é essencial para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. O diálogo constante, o compartilhamento de informações e a colaboração mútua entre escola e família permitem um acompanhamento mais eficaz e personalizado do desenvolvimento de cada criança, garantindo que elas recebam o apoio e estímulo necessários em casa e na escola.
Portanto, o desenvolvimento de bebês e crianças na Educação Infantil é um processo complexo e enriquecedor, no qual cada experiência, brincadeira e aprendizado contribuem para a formação integral e saudável das crianças. Com cuidado, afeto e estímulo adequado, é possível proporcionar um ambiente propício para que elas possam explorar, descobrir e crescer de forma plena e feliz.

REFERÊNCIAS

AMAR, J. (2015). Desenvolvimento infantil e práticas de cuidado. Colômbia: Editorial Universidad del Norte.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site. pdf. Acesso em: 20 mar.2025.

GUTIÉRREZ-RUIZ, I., MARTINO-ORTIZ, L., BARRETO-SALINAS, E., & PACHERREZ-VALLADARES, A. (2021). Desenvolvimento da Primeira Infância para fortalecer as competências de promoção educacional da comunidade em Piura-Peru. Prohominum. Revista de Ciencias Sociales y humanas. (Extraordinario nro. 1), 98-120, e-ISSN: 2665-0169. Disponível em: https://doi.org/10.47606/ACVEN/PH0048. Acesso em 03 mar.2025.

MARTINS, J., & RAMALLO, M. (2015A,B). Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 23(6), 1097-1104, e-ISSN: 1518-8345. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-1169.0462.2654. Acesso em 10 mar.2025.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos, 2004. 5 f. - Curso de Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

UNESCO (2020a,b). Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação: tudo sem exceção. Primeiro, Edição, ISBN: 978-92-3-300143-5. Paris, França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.